



José Gabriel Ávila\*

# O espectro de ilhas desertas

Muito sinceramente, hoje não sinto o ímpeto semanal que me impele a abrir a página do “word” e aqui vai disto, de uma assentada, mais ou menos longa.

Ainda pesquisei um ou dois temas que me parecem atuais e fundamentais para o nosso desenvolvimento insular, mas desisti.

“Googlei” um assunto, outro ainda, mas os trabalhos publicados a que acedi, cingiam-se a meras referências bibliográficas, ou eram demasiado didáticos e descontextualizados da realidade portuguesa e açoriana, pelo que recusei a proposta do grande “motor de busca”.

Sei existirem estudos científicos assinados por competentes académicos açorianos que queimaram as pestanas a estudar as tendências e curvas estatísticas dos problemas. Todavia isso não chega quando quem tem responsabilidades públicas não dá importância às situações, nem questiona como resolvê-las.

É assim há muito e não é agora que as mentalidades vão mudar.

Já nos anos 60, quando se registou um grande surto migratório para a América do Norte, houve terra-tenentes que tentaram pressionar o Governador-Civil de então para não autorizar a saída de cidadãos desta ilha com as respetivas famílias para países do “nunca-mais”.

O governante, sensibilizado com as dificuldades sociais por que passavam muitos micaelenses, não lhes deu ouvidos e abriu de par-em-par as portas da emigração para o Canadá.

O êxodo fez-se sentir de imediato. A mão-de-obra barata dos camponeses, passou a pesar mais na gestão dos donos das terras.

Mesmo assim, nos que ficaram, não se dissipou o “sonho americano”.

Os dados estatísticos atestam a “sangria” de famílias que se viram forçadas a abandonar as suas casas para procurar uma vida mais desafiada e digna do outro lado do “Rio Atlântico”.

Segundo a Enciclopédia Açoriana, *“Entre 1950 e 1970 saíram do arquipélago 112.483 indivíduos, a um ritmo anual de 5.624, tendo emigrado, na década de sessenta, 67% deste volume, a um ritmo anual de 7.512 indivíduos. Os anos mais marcantes deste fluxo foram, sem dúvida, os de 1966 a 1969, com um volume acima dos dez mil indivíduos, atingindo-se, nesse último ano, o valor máximo do século XX - 13.125 emigrantes.”*<sup>1</sup>

É verdade que as vantagens sociais para os que partiram são muito positivos. As comunidades da diáspora, ao mesmo tempo que beneficiaram do progresso social e humano desses países desenvolvidos, afirmaram as suas capacidades, potencialidades e as suas diferenças identitárias.

Nesses anos de partidas constantes, houve remessas significativas de poupanças que ajudaram a sobreviver os familiares, as instituições financeiras e a própria economia local.

Desde há algumas décadas, porém, se vem sentido o decréscimo populacional sobretudo nas zonas rurais, mas julgava-se que o problema não se colocasse com tanta premência.

O sistema autónómico melhorou, grandemente, a vida dos açorianos. O crescimento económico insular ficou a dever-se ao aumento das competências educativas e profissionais, às ajudas da União Europeia e a fatores como a melhoria dos cuidados de saúde primários e diferenciados, o aumento da esperança média de vida e à criação de um tecido empresarial mais competitivo, forte e absorvente de mão-de-obra especializada.

O processo de desenvolvimento, porém, é dinâmico. Numa sociedade em constante transformação devido às novas tecnologias e ao crescimento constante da atividade turística importa haver pessoas capazes de responder aos novos requisitos empresariais e à crescente oferta de emprego e aos desafios de qualidade que aquela indústria impõe.

Há também outros setores da atividade económica que sentem falta de mão-de-obra, designadamente: a construção civil e a actividade agrícola.

O verão passado foram frequentes as vozes que fizeram sentir esta lacuna, não só nas ilhas mais populosas, mas também nas restantes, sinal de que o declínio demográfico é um problema sócio-económico grave que importa analisar, discutir e encontrar soluções.

Infelizmente, há quem procure silenciá-lo, talvez por não saber como lhe fazer face.

O Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores deu a este problema a máxima importância, esperando que alguma medida fosse tomada pelos organismos competentes.

O certo é que, até agora, não se vislumbrou a mais pequena solução para inverter a marcha do despovoamento.

O problema do envelhecimento da população e da falta de mão-de-obra envolve toda a União Europeia, nomeadamente Portugal e toma proporções que têm de ser encaradas, como aconteceu nos tempos do povoamento: recrutar pessoas (e não escravos!) noutros continentes, proporcionando-lhes condições sociais e salariais tão dignas como as dos residentes.

É isto que pretende fazer o Primeiro Ministro e alguns empresários nacionais junto dos países da CPLP e de outros com excesso de população ativa como Marrocos, Índia e Indonésia.

Aos poucos observamos a entrada de empresários estrangeiros o que vem enriquecer o tecido económico e proporcionar novos empregos. Os açorianos habituados à convivência com gente de outras culturas acolhem-nos e, aos poucos, facilitam a sua integração.

A vinda de gentes de outras culturas e de outras raças para os Açores, parece-me, no entanto, gerar alguma desconfiança e até ser um tema tabu.

Os Governantes e empresários não se manifestam, nem apresentam essa solução como necessária para contrariar a retração demográfica, e nada fazem para acolher e integrar, os imigrantes e trabalhadores estrangeiros que optem por aqui viver.

É tempo de tomar opções e de não estar à espera que outros o façam. É o nosso futuro que o reclama.

Sem gente não há desenvolvimento. Sem trabalhadores não há economia. Sem saúde o envelhecimento gera a solidão e mata mais depressa. Sem jovens nenhuma sociedade sobrevive.

O espectro de ilhas desertas é um horizonte próximo que nos deve preocupar a todos.

<sup>1</sup> <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=2987>

